

A verdade sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos profissionais de educação da prefeitura do Rio



PM cerca Câmara de Vereadores e age com truculência contra profissionais da educação, manifestantes e população em geral - tudo isso para aprovar o plano de carreira da prefeitura

1) O plano enviado pela prefeitura só foi aprovado, no dia 1º de outubro, porque o Centro do Rio foi ocupado pela polícia militar, a pedido da prefeitura e dos vereadores da base do governo, em um verdadeiro estado de sítio. A polícia impediu a livre manifestação dos profissionais de educação e dos manifestantes, atuando de modo truculento e ditatorial.

2) A prefeitura não apresentou, como havia se comprometido, a proposta do plano para o Sindicato dos Profissionais de Educação, o Sepe, antes de enviá-la à Câmara de Vereadores para ser votado. Ou seja, a prefeitura só discutiu o plano com os vereadores que apoiam o governo, a portas fechadas.

3) A suspensão da greve da categoria estava subordinada ao estabelecimento de um Grupo de Trabalho (GT) entre a prefeitura e o

Sepe para discutir uma proposta de plano de carreira com o mínimo de acordo, tendo como base um plano unificado e a valorização por formação dos profissionais. Mas a prefeitura não implementou o GT e mandou a sua proposta direto para os vereadores que apoiam o governo.

4) A greve da rede municipal do Rio de Janeiro em 2013 foi uma greve histórica. Sobre tudo pela qualidade da sua luta e pelo envolvimento, pela paixão e pela disposição de todos os profissionais da educação e também pelo apoio da comunidade escolar e de amplos setores da sociedade carioca.

5) A greve colocou na agenda da sociedade carioca e, podemos afirmar com mais ousadia, na agenda política do país, o debate sobre a educação pública e de qualidade e sobre a

valorização do profissional da educação. A população percebeu que a greve ia além da pauta salarial.

6) Os profissionais de educação das escolas municipais agradecem o apoio da comunidade escolar e da sociedade à greve da categoria. Afirmamos que a luta por uma educação pública de qualidade continua, com as seguintes reivindicações mais importantes: construções de escolas e creches; climatização das salas de aula de todas as escolas; autonomia pe-

dagógica das escolas (eleição direta para diretor de escola); diminuição do número de alunos por turma; fim do professor polivalente (o que dá aulas em várias matérias, inclusive para as quais não tem formação específica); fim da meritocracia; fim da privatização da rede; aplicação na educação da totalidade das verbas previstas em lei; paridade salarial e integralidade (aposentados devem receber o mesmo que o pessoal da ativa); 1/3 da carga horária livre para planejamento de aula, como manda a lei federal 11.738.

PORQUE OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS SÃO CONTRA O PLANO DE CARREIRA

1 – O PLANO APROVADO NÃO É UNIFICADO: a quantidade de níveis de progressão por tempo de serviço não é igual para todos (professores e funcionários) até o limite da aposentadoria. O plano aprovado estipula sete níveis para professores e quatro níveis para a grande maioria dos funcionários.

2 – O PLANO APROVADO NÃO REPRESENTA A VALORIZAÇÃO POR FORMAÇÃO: limita aos Professores de Ensino Fundamental (PEF) a valorização por lato-sensu, doutorado e pós-doutorado (mantendo o limite de vagas a serem criadas pelo executivo), e não esclarece quais serão os critérios e valores da valorização dos funcionários.

3 – O PLANO APROVADO NÃO REPRESENTA VALORIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO: mantém apenas 4% entre os níveis por tempo de serviço para professores e menos ainda para funcionários.

4 – O PLANO APROVADO IMPEDE OS PROFESSORES QUE INGRESSARAM NO MAGISTÉRIO COM NÍVEL MÉDIO DE SE ENQUADRAREM NO DOUTORADO E PÓS-DOUTORADO.

5 – O PLANO APROVADO NÃO GARANTE O TEMPO LIVRE PARA ATIVIDADES EXTRA-CLASSE: o plano ignora a necessidade de adequar o município à determinação legal de 1/3 da carga horária livre para atividades extra-classe, como manda a lei federal 11.738.

6 – O PLANO APROVADO É UMA AMEAÇA À GESTÃO DEMOCRÁTICA: o plano não implementa a eleição direta para diretores de escolas.

7 – O PLANO APROVADO NÃO RECONHECE O TRABALHO DAS COZINHEIRAS ESCOLARES: o plano mantém a denominação merendeira.

8 – AUSÊNCIA DE DATA-BASE: o plano aprovado não fixa a data-base da categoria.

9- O PLANO APROVADO NÃO BENEFICIA 94% DA CATEGORIA, pois não permite que 94% dos profissionais sejam enquadrados por formação no doutorado e pós-doutorado e os demais 6% dependem da permissão da prefeitura.